



*A Investigação sob o Lema da
Salvaguarda Didáctica*



www.cta.ipt.pt

N. 09 // dezembro 2018 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantas, Thierry Aubry

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183- 1386

**ANOTADA DA ERC
REGISTADA NA INPI**

CONSELHO CIENTÍFICO

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Professora Auxiliar com Agregação Doutora Ana M. S. Bettencourt, Universidade do Minho

Doutor Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)

Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo.

(MAE/USP)

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und Allgemeine

Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

O «QUINTO PODER»: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA IMPrensa PORTUGUESA NO FINAL DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Miguel Ribeiro Pedras

Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa

migpedras@gmail.com

O «Quinto Poder»: subsídios para o estudo da imprensa portuguesa no final da monarquia constitucional

Miguel Ribeiro Pedras

Historial do artigo:

Recebido a 15 de outubro de 2018

Revisto a 30 de novembro de 2018

Aceite a 02 de dezembro de 2018

RESUMO

Neste artigo procurou criar-se uma súpula sobre a História da Imprensa portuguesa no final do século XIX e princípios do século XX. Aqui pretendemos revelar a importância da imprensa finissecular, que conquistou um espaço singular no quotidiano de uma sociedade que se formava cultural, política e até moralmente através das páginas dos jornais. De como esses mesmos periódicos eram manipulados pelos detentores do poder político e do poder financeiro, fosse para captar votos e simpatias partidárias, fosse para lucrar. E de como a lei era usada como arma para restringir a liberdade de imprensa.

Para este trabalho, que se enquadra num período cronológico que corresponde, sensivelmente, aos reinados de D. Carlos (1889-1908) e D. Manuel II (1908-1910), reuniu-se aquilo que de mais relevante se escreveu sobre esta matéria. Procurámos construir um texto historiograficamente cuidado, onde se expõe os principais conceitos e mais relevantes temáticas deste tópico, com o intuito de fornecer ferramentas a conhecedores, mas fundamentalmente a desconhecedores da História da Imprensa, para que sobre ela possam reflectir e trabalhar.

Palavras-chave: História da Imprensa, Jornalismo, Monarquia Constitucional, Opinião Pública, Censura

ABSTRACT

The purpose of this article is to create a summary of the History of the Portuguese's Press in the late 19th and early 20th century. Here we intend to reveal the importance of the press on those same periods, which conquered a singular space in the daily life of a society that was formed culturally, politically and even morally through the pages of the newspapers. We intend to show how these same newspapers were manipulated by the holders of political power and financial power, whether to capture votes and partisan sympathies, or to profit. And how the law was used as a weapon to restrict the press's freedom.

For this work, which falls within a chronological period that corresponded sensibly to the reigns of D. Carlos (1889-1908) and D. Manuel II (1908-1910), we gathered the most relevant pieces written on this subject. Our aim was to construct a careful historiographical text, where the main concepts and the most relevant themes of this topic are presented, with the aim of providing

tools to the connoisseurs, but fundamentally to the strangers to the History of the Press, so that they can reflect and work on it.

Key-words: History of the Press, Journalism, Constitutional Monarchy, Public Opinion, Censorship

1.Introdução: Do que foi feito e do que falta fazer

Parece consensual o papel que a imprensa tomou no virar do século XIX para o XX, tal como a relevância da profissão de jornalista para compreender essa mesma sociedade e as suas transmutações no dealbar do século passado, onde, como dizia Hegel, «o jornal era a oração diária do homem moderno» (*Apud* RAMOS, 1994: 43).

Todavia, apesar dos múltiplos estudos que vêm surgindo, existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de melhor esclarecer a história do jornalismo e a dimensão do seu percurso na própria história do país. Isabel Nobre Vargues reflecte sobre esta questão na sua “Nota de Apresentação”, à obra de Mário Matos Lemos, *Jornais Diários Portugueses do século XX*:

«Os estudos sobre a história do jornalismo e dos jornalistas, a história da imprensa, a história da comunicação e da informação e, mais recentemente, os estudos sobre a história dos media têm conhecido um impulso crescente, em vários países, em particular desde os últimos anos do século passado. (...) reconhece-se ainda a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada sobre essa história, a qual se deve iniciar com um melhor conhecimento sobre o processo de construção e de afirmação do jornalismo, em curso desde os fins do século XIX.» (VARGUES, 2006: 7).

Na sua análise, Isabel Nobre Vargues presta particular atenção ao caso português, referindo que o estudo da imprensa é algo recente, tendo vindo, porém, nos últimos anos do século XX e já no século XXI, a conhecer um considerável crescimento. O primeiro historiador a debruçar-se seriamente sobre a temática foi José Tengarrinha num artigo sobre a “Imprensa”, publicado no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. A ele, seguiram-se outros, como José Manuel Motta de Sousa e Lúcia Maria Mariano Veloso, com a *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*, na qual «para além da valiosa informação bibliográfica sobre os temas da imprensa periódica, do jornalismo e dos jornalistas, se publicou um mapa do movimento anual da imprensa periódica entre 1897 e 1983» (VARGUES, 2006: 10). Tengarrinha viria de novo dar o seu importantíssimo contributo para o estudo dos media com o seu livro sobre a *História da imprensa periódica portuguesa*. Apesar de a sua primeira edição datar de 1965, esta continua a ser uma obra de referência para quem se propõem estudar a evolução da imprensa na História de Portugal. No que diz respeito ao artigo que aqui publicamos, esta revelou-se particularmente útil, uma vez que explora exemplarmente o período por nós tratado.

Nesta panóplia de estudos, não deveremos esquecer os contributos de Rocha Martins através da *Pequena história da imprensa portuguesa*, mas também de autores como Isabel Nobre Vargues, Mário Mesquita, José Miguel Sardica, José Augusto dos Santos Alves, entre outros. Em 1994, o historiador Rui Ramos, daria igualmente uma importante contribuição para a história da imprensa, ao retratar “A Nação Intelectual” na obra *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Neste texto, Rui Ramos ilustra o mundo da imprensa no fim da monarquia, dando particular destaque à sua politização. Esta, chamada de “imprensa imunda”, atacava despreocupadamente os seus

opponentes, humilhando-os e caricaturando-os. Em 2007, Luís Trindade, no seu livro, *Primeiras Páginas O Século XX nos Jornais Portugueses*, faz uma interessante abordagem sobre o papel dos jornais no seio da sociedade, demonstrando que nesta moldada ao sabor da modernização vivida no século XIX, também o Homem comum podia participar, dando origem a «um jornal feito por todos» (TRINDADE, 2007: 12).

A imprensa é um importante utensílio para qualquer historiador da época contemporânea, uma vez que nos jornais é possível «colher a notícia dos acontecimentos, a informação mais ou menos especializada ou mesmo verificar a omissão da informação, a actualidade, a opinião, o combate que todos os dias alimentaram a opinião pública e redefiniram o espaço público no século XX.» (VARGUES, 2006: 17). Porém, farão os historiadores uso deste tão importante utensílio de trabalho? Tengarrinha, que faleceu recentemente, deixou-nos um último testemunho para a história do jornalismo com o livro *Nova História da Imprensa Portuguesa: Das origens a 1865* onde nos alerta para o facto, já mencionado, de que «durante muito largos anos, em Portugal, considerou-se o jornalismo como um género menor, *a latere* da literatura, muito pouco a sua história preocupando os nossos investigadores históricos ou literários, embora eventualmente pudessem recorrer a ele como fonte» (TENGARRINHA, 2018: 16). De facto, a história da imprensa não está ainda totalmente desenvolvida e muitas vezes os investigadores optam por não consultar periódicos, preferindo outro tipo de fontes, como cartas, memórias, diários ou documentos oficiais. Sendo poucas as obras que utilizam a imprensa como fonte, são ainda menos aquelas que a utilizam como objecto de estudo. Ainda assim, mais recentemente, começam a ser publicados trabalhos que fazem de jornais e revistas a fonte principal, em torno dos quais se aborda um qualquer momento da nossa história. É o caso, por exemplo, de *O Século na Crise do Ultimato*, onde Ricardo José Gouveia, faz uma análise do jornal em 1890, focando-se num eventual *agenda-setting* procurando “medir” a influência d’O Século junto dos seus leitores. Ou o trabalho de Noémia Malva Novais, *Imprensa e I Guerra Mundial: censura e propaganda 1914-1918*, (que foge à nossa baliza cronológica, mas merece menção) onde se procura compreender, em período de guerra, de que forma a imprensa era instrumentalizada pela política. E ainda, a importância da imagem, que se foi proliferando nos meios de comunicação e que, tal como as palavras, podia servir um propósito muito claro, mesmo que o leitor fosse alheio a tal objectivo (1). Sobre este tema fala-nos Leonor Pires Martins no seu volume: *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*.

Contudo, nas prateleiras nacionais, rareiam os trabalhos sobre os jornais mais lidos e influentes da época. É certo que menções, citações e notas de rodapé em torno do *Diário de Notícias* e *O Século* são recorrentes, tratam-se dos periódicos que mais atenção recebem dos historiadores, por terem sido, também, os mais folheados naquele *fin de siècle*. Não existe, porém, ainda, uma “biografia”, isto é, um estudo aprofundado e crítico sobre o *Diário de Notícias* ou sobre o *Século*.

Rareiam igualmente trabalhos acerca da história da imprensa regional que, tem ainda pouca expressão na historiografia lusa. Já na imprensa dos dois grandes centros urbanos, Lisboa e Porto, ainda que com bem mais destaque e, obviamente, maior número de tiragens, estão por estudar jornais com elevado reconhecimento como por exemplo *O Novidades* e o *Diário Ilustrado* de Lisboa ou o *Comércio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro*, da cidade invicta. Também muitas das figuras que fundaram o jornalismo português encontram-se ainda hoje na penumbra do esquecimento. Ainda que alguns directores de jornais e jornalistas nos tenham deixado memórias e testemunhos (2), fundamentais para o estudo da profissão que exerceram e da época em que viveram, as biografias sobre estes homens escasseiam nas nossas bibliotecas e livrarias.

Perante tal cenário, é relevante salientar a cada vez maior facilidade de acesso aos periódicos portugueses. Tanto a Biblioteca Nacional como a Hemeroteca Municipal de Lisboa raramente colocam entraves à sua leitura, salvo em casos de grande degradação dos jornais. Neste domínio, ambas as instituições têm desenvolvido um esforço de preservação deste importante património, mas nem sempre com sucesso, existindo ainda uma série de periódicos em estado de deterioração, não podendo, por isso, ser consultados. Ainda assim, cada vez mais jornais vão sendo digitalizados ou colocados à nossa disposição na internet, facilitando a pesquisa aos investigadores.

1.1. Imprensa e Sociedade

Desde meados do século XIX que a imprensa ocupava um lugar de singular destaque em Portugal. Ainda que a taxa de analfabetismo fosse elevada, com cerca de 74% da população portuguesa, em 1900, sem saber ler nem escrever (MARQUES, 1991: 519), os jornais, lidos em privado ou em público, começaram a ser parte indispensável no quotidiano do país. Havia por isso o hábito, geralmente em vilas e aldeias, da leitura em voz alta, fosse no café ou na praça para os amigos, ou até, em casa para a família (MARQUES, 1991: 600). Costume este que se revelava fundamental para a formação da população analfabeta, uma vez que os jornais e revistas, como meio privilegiado de transmissão cultural, «cumpriam um papel decisivo na difusão de notícias e conhecimentos, mesmo entre os iletrados» (CASCÃO, 2011: 229).

Por sua vez, nas zonas urbanas, onde se concentrava grande parte da elite intelectual do país, a leitura em silêncio, feita no recato do lar, começava gradualmente a implementar-se (VAQUINHAS, 2011: 15). Sendo o analfabetismo entre as mulheres de cerca de 80% (MARQUES, 1991: 519), ler o jornal era essencialmente um acto masculino, «a oração matinal do homem moderno», como declarou Hegel, tida aliás como «uma forma de participação na vida pública» (VAQUINHAS, 2011: 15). Por vezes, esta participação não se ficava pela leitura. O jornalismo em mudança permitia, ao simples leitor, a função de colaborar com o jornal, informando-o de acontecimentos relevantes que seriam assim divulgados ao restante público (TRINDADE, 2007: 12). Em algumas circunstâncias parecia haver mesmo uma incumbência civilizadora, na qual o «homem moderno» tinha a obrigação de esclarecer e educar os leitores, uma vez que os jornais existentes nem sempre satisfaziam essa necessidade. Foi o caso de Ramalho Ortigão, que idealizara uma revista dedicada à *América Latina* (CASTILHO, 1983: 558-559) ou de Eça de Queirós que sonhara uma *Revista de Portugal*, exemplo paradigmático do papel da *intelligentsia* portuguesa no mundo da imprensa. Um ano antes da fundação da *Revista de Portugal*, em 1888, são publicados *Os Maias*, onde já Eça e Carlos ambicionavam «uma revista que dirigisse a literatura, educasse o gosto, elevasse a política, fizesse a civilização, remoçasse o carunchoso Portugal...» (QUEIRÓS, 2005: 529) ou, recordemos igualmente, *A ilustre Casa de Ramires*, onde também o «Fidalgo da Torre» rabisca uma novela histórica para os «Anais de Literatura e de História, revista nova, fundada por José Lúcio Castanheiro» (QUEIRÓS, 1982: 39).

Apenas através dos jornais se daria a conhecer a sua revista, e Eça sabia-o bem. Em carta datada de 12 de Março de 1889, José Maria Eça de Queirós pede a Emídio Navarro, director do periódico *As Novidades*, que este faça, no seu jornal, propaganda à sua futura publicação (CASTILHO, 1983: 575). Também no jornal *O Tempo*, dirigido pelo seu amigo e membro dos *Vencidos da Vida*, Carlos Lobo d'Ávila, é feito o anúncio do nascimento da *Revista de Eça*, onde era apresentado o programa da revista. Aí, o escritor português, clarificava aos leitores que espaço, cultural e social, pretende ocupar, comunicando que:

«Portugal é actualmente na Europa o único país que não possui uma REVISTA - uma publicação onde, além de se apresentarem criações da imaginação no Romance e na Poesia, resultados da

investigação na Ciência e na História, trabalhos de Crítica Literária e de Crítica artística, se estudem, com desenvolvimento e adequada competência, os assuntos que genericamente se prendem com a Política, com a Economia, com as Instituições, com os Costumes, com todas as manifestações dum organismo social.» (QUEIRÓS, 1889: 1).

De influência inglesa e francesa (3) esta revista efémera seria apenas mais uma de entre as centenas de publicações portuguesas. De facto, cada vez em maior número, ainda que maioritariamente sediados em Lisboa e Porto, os periódicos portugueses, no início do século XX, eram já mais de quatrocentos (RAMOS, 1994: 48). Sendo que, no último ano de oitocentos, em todo o Império e no estrangeiro, a imprensa de língua portuguesa (4) alcançava os 583 periódicos (*Apud* ARANHA, Brito, TENGARRINHA, 1989: 233). Não deixa de ser interessante notar que, apesar deste número crescente de jornais, Eça de Queirós não achasse em Portugal qualidade na imprensa, que, como diplomata, encontrava lá fora. Filho de Almeida ajuda-nos a compreender a angústia de Eça. Conta-nos o autor *d'Os Gatos* que «o repórter português não corresponde nitidamente ao repórter do jornalismo lá de fora», segundo Fialho, os repórteres eram incultos, incapazes de escrever uma linha com estilo e de articular num parágrafo qualquer tipo de crítica (ALMEIDA, 1986: 139). A posição como jornalista «permite-lhe o gozo de imunidades de que ele abusa, e dá margem a exorbitâncias profissionais de que ele se vangloria» (ALMEIDA, 1986: 139). Mas Fialho de Almeida explica: O chefe de redacção dedicado à política, raramente lê o que o repórter escreve, e este, atolado em trabalho, pois «é o repórter afinal quem faz o jornal», aproveita, por se achar indispensável, para imprimir as suas opiniões no periódico que pouco dinheiro lhe paga (ALMEIDA, 1986: 140). Na hierarquia da redacção havia ainda os informadores. Abaixo dos repórteres, estes desempenhavam um papel fulcral para a publicação, procurando notícias e tirando nota de discursos. Ainda que fosse o cargo mais baixo do meio jornalístico, servia para os inexperientes se iniciarem e eventualmente singrarem na carreira (BAPTISTA, 2012: 70).

Perante este jornalismo e um país moribundo, tanto Eça como a geração à qual pertencia exigiam uma «grande revolução cultural que transformasse as mentalidades, a sociedade e a política, e que finalmente sintonizasse o país com um novo ideal de cidadania consciente, democrática e participativa» (SARDICA, 2009: 18), algo bem patente, não apenas no programa da *Revista de Portugal*, como também na sua obra literária.

Nos finais de oitocentos, quem pretendia notabilizar-se na escrita, ou até mesmo viver dela, era imperativo fazê-lo nos jornais (RAMOS, 1994: 47). Esta «migração» de intelectuais para a imprensa alteraria significativamente o rumo que o jornalismo até aí tomara.

«Todos os grandes nomes das nossas letras e do nosso pensamento colaboravam assiduamente na imprensa periódica, ao contrário do que acontecera, como vimos, nos séculos XVII e XVIII. Isso faz que o nível geral do jornalismo suba consideravelmente e os periódicos, além de melhor apresentação gráfica, sejam redigidos correctamente e num estilo cada vez mais individualizado» (TENGARRINHA, 1989: 191).

Desta forma, o estilo descuidado que marcara os primórdios do jornalismo era posto de parte, dando lugar a uma escrita mais fluida e pensada, indissociável dos novos jornalistas. Mas também esta elite devia algo ao jornalismo, uma vez que «a situação portuguesa no último quartel do século XIX deve ser compreendida em termos da existência no País de uma classe intelectual cuja influência era garantida pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massas» (RAMOS, 1994: 67).

A par da evolução no estilo jornalístico, o próprio grafismo e impressão deram um salto qualitativo. A modernização quer das tipografias, quer das vias de comunicação permitiriam que

aos poucos a imprensa alcançasse o interior do país (TENGARRINHA, 1989: 233), baixando também o seu custo de porte, factor que encarecia as publicações, sendo por isso costume nas zonas rurais a partilha do jornal, que passava de mão em mão (CASCÃO, 2011: 230).

Pioneiro, o *Diário de Notícia (DN)*, fundado em 1865, inauguraria uma nova forma de se noticiar, abandonando as colunas opinativas e dando lugar a artigos puramente noticiosos. O seu baixo preço (10 réis) tornava-o acessível aos leitores mais desfavorecidos e, ao contrário dos restantes jornais portugueses, não tinha quaisquer tipos de tendências ou filiações partidárias. Na verdade, o *Diário* seguia as inovações jornalísticas que estavam a ocorrer na Europa e Estados Unidos. Na América a «revolução» dos *penny papers* (5), nos anos 1830, dera início a este jornalismo barato e acessível a toda a população (SCHUDSON, 1981: 17). O velho continente seguiria pelo mesmo caminho (6).

De facto, quando o *DN* surgiu, o jornalismo português estava longe de ser autónomo e abrangente. Feito essencialmente por políticos e escritores, a imprensa era uma forma de servir os seus intentos, ou seja, de se fazer política ou literatura (TRINDADE, 2007: 11). Esta nova forma de abordagem tinha um claro propósito, o lucro. Eduardo Coelho, fundador deste diário sabia que para obter rendimento teria que criar em quantidade e qualidade, possibilitando o seu acesso a todas as bolsas e agradando as diferentes classes sociais «e todas as inteligências» (TENGARRINHA, 1989: 266). Obtinha assim um extenso público o que possibilitava baixar o preço de venda. Outro incontornável factor que fazia, e muito, diminuir os preços dos diários e semanários advinha do lucro proporcionado pela publicidade. Segundo José Manuel Tengarrinha:

«Comparando com a imprensa estrangeira, em 1879 vemos que os jornais populares portugueses se encontravam em terceiro lugar entre os jornais europeus que mais anúncios publicavam: em cada número do *Times* chegava a haver 4000 anúncios; no *Tagblatt*, de Viena, 1000; e no *Diário de Notícias* chegou a atingir o número de 600» (TENGARRINHA, 1989: 225-226).

O *Diário de Notícias* seria, sem dúvida, o modelo para os futuros jornais portugueses. Por fazer da publicidade a sua maior fonte de receita. Em Dezembro de 1907, o próprio *Diário* explicava que, ainda que o papel de cada exemplar fosse menos de dez réis (que era o preço de venda ao público do jornal), havia ainda os custos da sua «composição, impressão, redacção, administração, distribuição, venda, selagem, e estampilhagem». O segredo para o sucesso é revelado: unicamente com a publicidade se poderia manter um preço baixo e permitir que os leitores do *Diário de Notícias* adquirissem um exemplar «por menos da quinta parte do que ele nos custa» (Cit. por TENGARRINHA, 1989: 226).

As inovações implementadas por este periódico transformariam a imprensa portuguesa. O jornalismo passava, assim, a ser um ofício de uma indústria, como qualquer outra. O número de proprietários cresceu, tendo apenas o lucro como objectivo final. As notícias eram um simples meio para alcançá-lo. O jornal, desta forma, desempenharia um factor fulcral no desenvolvimento do capitalismo, dando a conhecer a um vasto número de consumidores os produtos à venda no mercado (TRINDADE, 2007: 21). Ainda que em Lisboa a indústria dos jornais funcionasse sem problemas maiores, onde uma larga população letrada permitia a sobrevivência dos periódicos, no interior a imprensa teria uma vida mais dificultada, principalmente os periódicos ligados à esquerda política, que tinham menos procura.

Não obstante, estendendo-se a grande parte do país, a folha impressa, fosse ela opinativa ou noticiosa, torna-se, junto da população, um veículo privilegiado de comunicação e saber. Porém, grande parte da imprensa não constituía apenas um noticiário. Compreendida a sua influência, esta rapidamente funcionaria como arma de intervenção, uma espécie de fórum público de

debate da vida nacional (TENGARRINHA, 2001: 11). Assim, auto-designados de «quinto poder» os jornais desempenhavam um papel imprescindível para o construir de uma opinião pública. Moldavam uma sociedade que cada vez mais se interessava pela vida política não só do seu país, mas também do mundo. Daqui advém a importância das agências de notícias, fundadas nesse mesmo século, como a Havas, a Reuters ou a Wolf, que tirariam o melhor partido da expansão do telégrafo, ligando os países da Europa, mas chegando também à América, Ásia e às colónias africanas (TRAQUINA, 2007: 24). O poder de influência da imprensa sob a sociedade era notório, devido à sua função civilizadora era imperativo educar o trato e cultivar o bom gosto, sugerindo leituras e ideias (SANTANA, LOURENÇO, 2011: 254). A sua relevância no moldar na opinião pública, demonstrara-se essencial, por exemplo, para a melhor aceitação da monarquia constitucional, dando a compreender às gentes do reino as novas vertentes do Estado liberal, tão divergentes dos antigos costumes (TENGARRINHA, 2006: 170).

Em 1895, os jornais de Lisboa, conscientes do valor que detinham e desconfiados de que contribuíssem para o elevado número de suicídios, acordaram diminuir a publicação de tais notícias. «Pouco tempo depois, constataram com satisfação que as ocorrências diminuíssem» (RAMOS, 1994: 53). Era a prova do seu poderio.

1.2. Imprensa e Política

Os jornais viviam, nos finais da monarquia, uma grande liberdade de expressão e não hesitavam em usá-la da forma que lhes fosse mais conveniente. Ainda que no princípio do século, França Borges, fundador e dirigente do eminente jornal republicano *O Mundo*, recriminasse «as constantes perseguições aos jornalistas, as apreensões arbitrárias de ‘folhas legalmente habilitadas’, os assaltos às redacções, e as pressões exercidas sobre os jornalistas, reduzidos a ‘autómatos inconscientes do juiz Veiga’ (a figura cimeira do repressivo aparelho policial português)» (SARDICA, 2000: 36), longe ia o tempo da repressora e efémera «Lei das rolhas», de Costa Cabral. Na verdade, os jornais nunca abandonaram os discursos apaixonados ou as críticas ferozes que os caracterizavam. E bem cedo os partidos políticos souberam tirar proveito da eficaz arma que era a imprensa e da liberdade de expressão que ela permitia.

De facto, na sua maioria os jornais estavam intimamente ligados a um partido, fazendo ecoar pela sociedade, através das suas folhas, a mensagem da força política que apoiavam. Mais, «os jornais pareciam tão poderosos que a principal organização dos partidos políticos eram os seus jornais, com a redacção a servir de sede» (RAMOS, 1994: 53).

E se é verdade que um escritor que se quisesse notabilizar não poderia deixar de escrever num periódico, também os políticos pareciam seguir a mesma lógica. Uma vez mais, Eça de Queirós, ilustra bem esta realidade na sua obra. Em *A ilustre Casa de Ramires*, José Lúcio assegurava a Gonçalo Ramires que «de folhetim em folhetim, se chega a S. Bento! A pena agora, como a espada outrora, edifica reinos» (QUEIRÓS, 1982: 15). Desta forma, o homem político não podia deixar de se imiscuir no mundo jornalístico. «No confronto de ideais e nas rupturas de regimes, os políticos eram o cerne, mas também o alvo preferencial, da opinião pública positiva ou destrutiva, plasmada nas colunas da imprensa periódica. Sujeitos à crítica, ora promoviam ondas de veneração, ora suscitavam ódios exacerbados» (SILVA, 2011: 414). De resto:

«O senso comum ditava algumas regras à elaboração e organização da folha impressa. A primeira página era em geral preenchida não apenas com as notícias de maior destaque, mas também com os editoriais. Estes ocupavam, não raras vezes, a primeira coluna do jornal, à esquerda. Local privilegiado, uma vez que é para onde o leitor dirige, usualmente, a sua atenção.

A escolha do título também não era feita ao acaso pois esta influenciava mais uma vez as opções de leitura. Estes pormenores não devem ser alheios a quem faz uma análise da imprensa política. Os tons conferidos às notícias, bem como a escolha das palavras, permitem-nos tirar algumas conclusões face às posições tomadas pelos partidos políticos através dos seus periódicos» (PEDRAS, 2016: 40).

Segundo Carla Baptista, o tratamento das questões políticas nos jornais fora desde cedo considerado uma função especial. O artigo de fundo era em geral redigido pelo director do periódico, um jornalista da sua confiança ou até ditado pelo próprio líder do Partido. (BAPTISTA, 2012: 22). É importante salientar que, ainda que um líder partidário necessitasse do seu periódico para, em certa medida, sobreviver no mundo político (publicitando-se a si e ao seu Partido e atacando os adversários), também o jornal estava dependente deste chefe para sobreviver no mundo jornalístico. Não apenas pelas suas directrizes e opiniões políticas, mas também pelo capital inicial, no momento da fundação da publicação ou em casos de dificuldade financeira e, claro, pela obtenção de notícias oficiais sempre que o Partido estivesse no poder (SCHUDSON, 1981: 15).

Talvez o melhor exemplo dessa relação mútua de interesses entre força política e folha impressa sejam os líderes republicanos, todos eles dirigentes de jornais ou de alguma forma ligados a uma redacção. O Partido Republicano fora, aliás, o que maior proveito tirou da imprensa, agarrando-se fortemente ao descontentamento social finissecular que se arrastou até à centúria de novecentos. Segundo Alberto Pena Rodríguez, a proclamação da República espanhola em 1873, impulsionaria a imprensa republicana portuguesa, aumentando o seu volume e propagando as suas ideias (RODRÍGUEZ, 1996: 362). Por seu lado, Jorge Couto crê que também a implantação da Terceira República Francesa, igualmente na década de setenta, a par com a vizinha Espanha, teria um papel fundamental no aprofundar dos sentimentos anticlericais e laicizantes, concluindo que «em Portugal, as primeiras repercussões dos acontecimentos em França verificaram-se sobretudo nos meios académicos e intelectuais com reflexos na imprensa» (COUTO, 2011: 11).

Na década seguinte, em 1880, era fundado aquele que seria um dos mais activos diários da causa republicana. *O Século* (7), sob alçada de Sebastião de Magalhães Lima, revelar-se-ia inovador, dando à sua primeira página o aspecto apelativo conferido apenas a cartazes de propaganda (RAMOS, 1994: 50). Peremptório e incansável nos ataques à monarquia, *O Século* conseguiria, graças à publicitação da sua índole marcadamente republicana, uma vasta popularidade (GOUVEIA, 2010: 47), alcançando um papel crucial junto da opinião pública e servindo como «catalisador de muita da perturbação política social e cultural que se viveu em Portugal durante o ano de 1890» (GOUVEIA, 2010: 140). A adesão a esta publicação era de tal forma sólida que, quando em 1895 o seu novo director, Silva Graça, retira ao *Século* quaisquer ligações partidárias, pretendendo imprimir-lhe uma orientação puramente informativa, este não só mantém, como aumenta a sua procura (RAMOS, 1994: 51).

Ainda que tenham conquistado destaque nos últimos anos do século XIX, os jornais republicanos, no princípio da nova centúria (mais precisamente a partir de 1903, com a reestruturação do partido Republicano) «ganham progressivamente rumos mais definidos e maior dinamismo» e em 1906-1907 estes «radicalizam as suas posições passando a ser órgãos verdadeiramente revolucionários» (TENGARRINHA, 1989: 239). *O Mundo* representa bem esta reafirmação da imprensa republicana, revelando-se um dos jornais mais fatais à monarquia, devido à sua projecção e influência. José Tengarrinha, citando, na sua *História da Imprensa periódica portuguesa*, o político e jornalista republicano, João Chagas, demonstra a ascensão deste jornal, onde, para além do incrível número de vendas que atinge, pode também notar-se a histeria que a imprensa por vezes gerava.

«Nos primeiros anos da sua existência, *O Mundo* teria apenas 3000 leitores, segundo João Chagas. Depois de 4 de Maio de 1906, porém, ‘trinta, quarenta, cinquenta mil passam a lê-lo e a disputá-lo’ De um dia para o outro ‘todos os vendedores de jornais de Lisboa correram para a rua das Gáveas (onde ficava, então, a sede de *O Mundo*) e enchem-na de um lado ao outro’, sendo preciso até ‘organizar um serviço de polícia’. No editorial de *O Mundo* de 16 de Setembro de 1906, França Borges manifestava a sua satisfação por ver, ‘desde meses, mantida a sua tiragem no máximo que até hoje atingiu entre nós um jornal de opiniões políticas abertamente definidas’» (TENGARRINHA, 1989: 239).

Rui Ramos, clarifica que o sucesso ganho pelo *Mundo* se devia, unicamente, às calúnias, escândalos e rumores que o «*Mundo imundo*», nome pelo qual era conhecido o jornal, publicava nas suas páginas (RAMOS, 1994: 51).

Em 1906, ano em que João Franco subia ao poder, como chefe do Governo, mais um diário republicano era fundado, notabilizando-se por conseguir uma atenção significativa entre as facções mais à direita (TENGARRINHA, 1989: 239). *A Lucta*, dirigida por Brito Camacho, evidenciava-se ainda pela colaboração de alguns notáveis do Partido Republicano, dos quais se salientam António José de Almeida, Basílio Teles, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, João de Barros e Ana de Castro Osório (LEMOS, 2006: 423). Esta última colaboração é de resto um exemplo interessante do início da participação das mulheres num meio, que pode dizer-se ser, unicamente masculino. Não apenas os ideais republicanos, mas a própria imprensa teria um papel preponderante para os movimentos feministas que despontariam no século XX. Como enuncia Irene Vaquinhas «o número crescente de publicações dirigidas a mulheres a partir de meados do século XIX fará dos periódicos femininos um dos veículos privilegiados de transmissão de novos ideais (inclusive feministas) e novos modelos de se ser mulher (‘cultura, trabalhadora, produtiva, desempoeirada’) ...» (VAQUINHAS, 2011: 16).

Na capital, para além dos periódicos republicanos, também os monárquicos tinham destaque. Vejamos os mais influentes nos últimos anos da dinastia brigantina:

«Com 15 000 exemplares de tiragem, havia o jornal do Governo de então [regenerador-liberal], o *Diário Ilustrado*, que era também o caderno de acontecimentos da alta sociedade (...). O *Novidades* (8000), que na década de 1890 fora o jornal da moda entre os literatos e aristocratas, estava agora decadente e, segundo o embaixador inglês, ao dispor de quem lhe pagasse. Por fim, havia uma série de títulos partidários: o *Correio da Noite* e o *Liberal* (ambos progressistas); o *Diário Popular*, o *Notícias de Lisboa* e o *Correio da Manhã* (todos regeneradores, o primeiro depois de deixar de ser progressista); o *Dia* (progressista dissidente); (...) e a *Nação*, o mais antigo título, velhinho jornal escrito para poucos fiéis miguelistas e reaccionários» (RAMOS, 1994: 52)

A partir de 1906 e especialmente em 1907, os partidos Progressista e Regenerador, em consonância com os dissidentes de José Maria de Alpoim, iniciam nos seus jornais um discurso mais agressivo. Ambos postos à margem da governação do país e privados da discussão parlamentar devido ao encerramento das Cortes, atacavam, através da palavra impressa, o Governo de Franco e o rei, “cúmplice” da ditadura. João Franco, apesar dos ataques que lhe eram feitos, tentou tirar o máximo proveito da imprensa. Fosse no seu *Diário Ilustrado*, que se apresentava como «o órgão da boa sociedade», captando o apoio da elite portuguesa, fosse através de entrevistas a jornais apoiantes do regime. Todavia, as campanhas de charme pareciam não ser suficientes para cativar a oposição. O Presidente do Conselho de Ministros viu-se na obrigatoriedade de usar os meios que lhe restavam. Pois, se os jornais podiam funcionar como arma política, assim também o era com a legislação, usada para diminuir a liberdade dos

periódicos e silenciar os ataques. Foi numa tentativa de abafar as constantes críticas que lhe vinham sendo feitas que Franco fez aprovar a 11 de Abril de 1907 a «Lei da imprensa».

1.3. A Repressão como escudo político

A revolução francesa dera à imprensa uma nova pujança quer na sua qualidade, quer na quantidade. Esta potencialidade adquirida devia-se à formação de opinião pública, por parte dos jornais e, à divulgação do debate político, que abandonava os senados e parlamentos, chegando às praças e habitações, no fundo, alargando-se aos cidadãos (SARDICA, 2000: 28). Desta forma, para fazer cumprir os seus objectivos e o normal funcionamento da redacção, a imprensa agarra a liberdade, considerando-a um bem legítimo e inalienável da própria indústria. Seguindo o ideário da revolução francesa e americana, o jornalismo teria na liberdade o principal sustentáculo à sua sobrevivência, uma vez que sem ela, seria impossível garantir a defesa da democracia e consequentemente a luta política contra o poder absoluto (TRAQUINA, 2007: 28). Eram aliás suas obrigações «vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes» (TRAQUINA, 2007: 35). Como defendia o marquês de Mirabeau perante os Estados Gerais «Que a primeira das vossas leis consagre para sempre a liberdade de imprensa. Esta é a mais intocável, a mais incondicional liberdade – sem a qual as outras liberdades nunca poderão ser asseguradas» (MIRABEAU *Apud* TRAQUINA, 2007: 30).

Na História de Portugal, os momentos de repressão da imprensa estão, em geral, intimamente ligados a esta luta entre um poder absoluto, que pretende manter-se na governação, e as forças da oposição que, através da imprensa, procuravam dar fim ao despotismo. Assim, a decisão de João Franco, ao legislar contra a liberdade de imprensa não é caso único no país.

Se é verdade que a Regeneração representaria uma época propícia à imprensa. Concedendo aos jornais a oportunidade de se desenvolverem e fortalecerem em torno da acalmia e liberdade sentida (SARDICA, 2000: 35). Antes houvera casos de censura, como no período miguelista (1828-1834).

«(...) durante os seis anos do ‘terror miguelista’, o número de periódicos e o volume de tiragens decaiu drasticamente. Como depois se escreveu, ‘era defeso a todos exprimir o que pensassem por meio da palavra dita ou escrita (...) não era precisamente o crê ou morres do Alcorão, mas era a perseguição, o cacete, o cárcere, o desterro, a quem ousasse combater as prepotências, arbitrariedades e má direcção dos governantes’» (SARDICA, 2000: 31)

Finda a guerra civil, e já com D. Maria II no trono, seria a vez de Costa Cabral agravar as perseguições feitas à imprensa. Desta forma, o primeiro marquês de Tomar, voltaria a restaurar a Carta Constitucional em Janeiro de 1842 e com ela, segundo José Tengarrinha, iniciar um dos períodos mais difíceis da história da imprensa portuguesa (TENGARRINHA, 1989: 160). Enquanto se legislava nas Cortes a fim de minorar a independência dos periódicos, «(...) por outro lado, sucediam-se os arrestos e assaltos às tipografias pelos próprios agentes do Governo Civil (8) ou por arruaceiros pagos por ele: arrombavam as portas, destruíam e roubavam o material, espancavam e ameaçavam de morte o pessoal que trabalhava nelas» (TENGARRINHA, 1989: 162). No mês de Agosto de 1850 era promulgada, pela rainha portuguesa, aquela que seria perpetuada como «Lei das Rolhas». Para José Miguel Sardica, não restam dúvidas de que se tratava de um pesadíssimo diploma de repressão, «fora do tempo», e que violava a liberdade de expressão consagrada na Carta Constitucional.

«É certo que, na letra dessa lei, não se restabelecia a censura prévia, declarando-se, bem ao invés, que se pretendia regular o bom uso da liberdade de expressão. Mas de nada valia isto, quando (...) na prática se esmagava o direito de livre expressão e publicação, agravando para

níveis impensáveis as penas de multa e de prisão a aplicar até nos casos de ‘ironia mais subtil’, entregando ao governamentalizado parlamento o processo de acusação e julgamento» (SARDICA, 2000: 34)

Após aquela que é considerada a mais violenta lei, alguma vez feita na Monarquia Constitucional, contra o jornalismo, vinha por fim a acalmia da Regeneração (SARDICA, 2000: 34-35). No entanto, a iminente queda da monarquia, traria consigo mais episódios de censura e repressão. A crise geral vivida, do sistema político, económico e na consciência nacional, tal como a ascensão republicana, tornara o regime vigente a principal vítima da imprensa. A resposta não tardaria. Na década de oitenta surgiram as «portarias mudas», assim denominadas devido a alguns indícios de uma repressão camuflada (TENGARRINHA, 1989: 246). Em Março de 1890, após o ultimato inglês, saía um diploma, reafirmando as perseguições aos periódicos. Como argumento desta deliberação salientava-se que «os abusos de manifestações de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade» (TENGARRINHA, 1989: 247). Esta, a que os críticos chamaram de «2ª Lei das Rolhas», era na verdade uma resposta do Estado às arruaças originadas pela nota diplomática do Governo britânico.

A agonia do regime faria deste, um legislador produtivo em matéria censória. Seis anos depois, Hintze Ribeiro voltaria a tentar inutilizar a imprensa. O artigo 1º ilustra e resume perfeitamente em que é que consistia este novo acto. Qualquer indivíduo que incitasse ou se prenunciasse favoravelmente sobre um acto subversivo, mesmo que «a provocação não surta efeito» seria preso e deportado (TENGARRINHA, 1989: 251-252).

Já no século XX, em pleno consulado de João Franco, o parlamento recebia uma nova proposta de lei, a 28 de Novembro de 1906. Este diploma de ataque aos jornais tinha origem na necessidade de Franco abafar os protestos causados pela questão dos adiantamentos (SARDICA, 2000: 36). Mostrava-se, por isso, estranguladora, dificultando o aparecimento de novos periódicos, aprovando o alargamento da censura prévia e facilitando a apreensão, suspensão e proibição dos jornais (TENGARRINHA, 1989: 255).

Todavia, a própria lei, seria alvo de inúmeros ataques. Logo em Dezembro era entregue nas Cortes um protesto, pelas Associações de Jornalistas de Lisboa e Porto. Às contestações juntaram-se os apartidários *Diário de Notícias* e *O Século* (TENGARRINHA, 1989: 255). Em Janeiro do ano seguinte, José Augusto Moreira de Almeida, director do diário progressista dissidente, *O Dia*, publicava um texto impugnando a proposta de lei. Num tom messiânico, Moreira de Almeida, comparava a imprensa a Cristo, ambos símbolos de uma minoria iluminada e esclarecida e também ambos perseguidos. «Se nesse tempo houvesse na Judeia a Imprensa, com esta lei da *virtude triunfante*, e a sua *mesa censória*, a que novos suplícios sujeitaria ela o Nazareno!» Contudo no seu texto, o monárquico atingia um ponto fulcral: «na actual questão da Imprensa não há política partidária. Nem há distinções entre monárquicos e republicanos. Há defensores de um princípio, sagrado e inviolável: há opressores desse princípio» (9). Na mesma linha de pensamento João Chagas declarava que «a liberdade de imprensa tem em Portugal bastantes amigos verdadeiros para constituírem um bloco independente dos seus falsos amigos. Este bloco é indispensável. Enquanto ele não se organizar a defesa da liberdade de imprensa andarão de rastos por todas as redacções do país» (10).

A 11 de Abril, surdo face às contestações, o Governo franquista conseguia fazer aprovar em Cortes, a lei com 51 votos contra 38 (TENGARRINHA, 1989: 256). De quem eram estes votos? A maioria era por certo da coligação liberal que unia os progressistas de José Luciano de Castro a Franco. Porém, é relevante notar que também o partido Regenerador de Hintze Ribeiro votou favoravelmente. Apesar das suas críticas feitas ao executivo, segundo Rui Ramos, Hintze, por

incentivo do rei D. Carlos, apoiaria a lei, com a perspectiva de que no futuro esta lhe viesse a ser útil (RAMOS, 2006: 267). Em Maio de 1907, começaram a funcionar os *gabinetes negros* que zelavam pelo seu cumprimento, dando azo a contestações e ao encerramento de periódicos monárquicos e republicanos, inimigos do Governo (TENGARRINHA, 1989: 257). Embora tivesse desferido um duro golpe na imprensa, em breve Franco compreenderia que era impossível travar os jornais e com eles as duras críticas que inundavam as suas páginas. Com a ditadura implantada e a governar por decretos-lei, o Presidente do Conselho agravaria a situação da imprensa. A 20 de Junho, dois dias após a violenta recepção, que tivera no Rossio, aquando do seu regresso do Porto, João Franco decretava a proibição da «circulação, exposição ou qualquer outra forma de publicidade dos escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou segurança pública», a publicação de qualquer jornal fazia-se com autorização prévia, estando estes sujeitos à arbitragem dos governos civis (TENGARRINHA, 1989: 257). Numa espécie de desabafo o *Diário do Governo* explicava:

«De há muitos anos que os desmandos de linguagem e a perniciosa atitude de grande parte da imprensa periódica em Portugal têm sido uma das dificuldades com que lutam todos os Governos, obrigando-os ou a recorrer continuamente às disposições extremas da legislação respectiva, como apreensão dos jornais, ou a sair para fora da lei, estabelecendo de facto a censura prévia» (11)

Vários periódicos foram encerrados, dos quais se salienta *O Mundo*. O jornal republicano com mais visibilidade era suspenso, por 60 dias, passadas 48 horas da publicação do decreto-lei, tendo o seu director, França Borges, que se exilar em Espanha, fugindo das perseguições. Estas continuariam ao longo do mandato de Franco. O escritor, Trindade Coelho, traça uma panorâmica sobre a razia censória na capital portuguesa em Dezembro de 1907:

«(...) de todos os jornais diários de Lisboa estão suspensos os seguintes: *Correio da Noite*, órgão do Partido Progressista; *Popular*, órgão do Partido Regenerador; *Dia*, órgão dos dissidentes progressistas; o conservador *Jornal do Comércio*; a *Época*, o *Liberal*; e os jornais republicanos *País*, *Vanguarda* e o *Mundo*. Subsistiam: *Diário de Notícias* (cujo director, Alfredo da Cunha, suspendera voluntariamente a sua direcção); *Século*; *Portugal*; *Novidades* (que já fora suspenso sob a direcção de Barbosa Colen); *Notícias de Lisboa*; o jornal republicano *a Luta*; e os dois jornais do governo, *Diário Ilustrado* e *Jornal da Noite*» (COELHO *Apud* TENGARRINHA, 1989: 258)

Como se pode notar, fossem monárquicos ou republicanos, a todos se aplicava a chamada «Lei contra a Imprensa», inclusive aos jornais afectos a partidos, como o Regenerador e o Progressista, que aprovaram este penoso diploma.

Com a «acalmação» do reinado de D. Manuel II a repressão acabou por recuar. Os jornais, porém, teriam de esperar até à implantação da República para ver a lei de 11 de Abril de 1907 revogada (SARDICA, 2000: 37). Todavia, a censura, essa, não acabou com o novo regime, comissões de censura formaram-se e a análise prévia da folha impressa foi também aprovada em lei (12). Em 1933, o Estado Novo trouxe novas leis e a censura aprimorou-se como se o passado monárquico e republicano tivesse sido apenas um ensaio da arte censória.

NOTAS

(1) Quanto à questão da imagem, José Miguel Sardica chama a atenção para uma outra vertente, também ela nova no século XIX, que se prende com a mediatização de certas personalidades, em particular de figuras da política nacional, fruto do «voyeurismo da imprensa e [d]a divulgação da fotografia». In SARDICA, José Miguel - O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, vol. XLVII, (2012), p. 345.

(2) Veja-se, a título de exemplo: NORONHA, Eduardo - **Vinte cinco anos nos bastidores da política**. Porto: Comp. Portuguesa Editora, 1913; BORGES, França - **A imprensa em Portugal**. Porto: Empr. Lit. e Typ., 1900; ARANHA, Pedro Venceslau de Brito - **Factos e Homens do meu tempo. Memórias de um jornalista**. 3 volumes, Lisboa: Parceira A. M. Pereira, 1907-1908.

(3) Veja-se: ANDRADE, Miranda - **Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»**. Lisboa: ed. Revista Ocidente, 1953, p. 25 e CASTILHO, Guilherme - **Eça de Queirós, Correspondência**. Vila da Maia: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. Vol. I, p. 558.

(4) A história da imprensa de língua portuguesa no mundo está ainda em desenvolvimento. Ainda assim, damos nota do trabalho de José Augusto dos Santos Alves que publicou recentemente, em 2017, *A Imprensa de Língua Portuguesa no Oriente*. Merece igual destaque a obra, em dois volumes, intitulada *Uma História da Imprensa Lusófona*, da organização de Jorge Pedro Sousa (et al.), sobre a história da imprensa nos países lusófonos, sendo que o primeiro volume trata do Brasil e Galiza e o segundo foca-se exclusivamente em Portugal. Este foi inicialmente editado em inglês, em 2014, tendo sido convertido para a língua de Camões em 2016 (vol.I) e 2017 (vol.II).

(5) A expressão *penny press* tem origem no custo dos jornais americanos que, de forma a tornarem-se mais acessíveis às classes baixas, começaram a ser vendidos a um *penny* em vez de 6 cêntimos.

(6) Tengarrinha sugere que o *Diário de Notícias* seguia os moldes dos jornais parisienses de 5 cêntimos. Seriam, portanto, estes os *penny papers* franceses. In. TENGARRINHA, José Manuel - **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Portugália, 1989, p. 215.

(7) O primeiro número do Século só sairia no ano seguinte, a 4 de Janeiro de 1881; o número de 15 de Dezembro de 1880 trata-se do programa, redigido por Magalhães Lima.

(8) O governador civil de Lisboa, à época, José Bernardo da Silva Cabral, era irmão de António Bernardo da Costa Cabral, 1º marquês de Tomar.

(9) «O protesto da imprensa», *O Dia*, 26.01.1907.

(10) «A defesa da liberdade de imprensa», *O Mundo*, 25.03.1907.

(11) «Presidência do Conselho de Ministros», *Diário do Governo* n.º 136, 21.06.1907, pp. 443-444.

(12) Por exemplo: «As publicações serão apresentadas à censura em prova de página e em triplicado na localidade onde se fizerem a sua composição e impressão», *Diário do Governo* n.º 62, 31.03.1916, p. 1.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Imprensa:

Diário do Governo

O Dia

O Mundo

BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Augusto dos Santos - **A Imprensa de Língua Portuguesa no Oriente**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2017.

ALMEIDA, Fialho - **Os Gatos**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1986.

ANDRADE, Miranda - **Eça de Queirós e a «Revista de Portugal»**. Lisboa: ed. Revista Ocidente, 1953.

ARANHA, Pedro Venceslau de Brito - **Factos e Homens do meu tempo. Memórias de um jornalista**. 3 volumes, Lisboa: Parceira A. M. Pereira, 1907-1908.

BAPTISTA, Carla - **Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses: do século XIX ao Marcelismo**. S. l.: Escritório Editora, 2012.

BORGES, França - **A imprensa em Portugal**. Porto: Empr. Lit. e Typ., 1900.

CASCÃO, Rui - Em casa o quotidiano familiar. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 222-252.

CASTILHO, Guilherme - **Eça de Queirós, Correspondência**. Vila da Maia: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. Vol. I.

COUTO, Jorge - **Jornais republicanos 1848-1926**. Lisboa: BNP, 2011.

GOUVEIA, Ricardo José - **O Século na crise do ultimato**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010.

LEMOS, Mário Matos - **Jornais Diários Portugueses do Século XX, um Dicionário**. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia para a República**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Vol. XI.

MARTINS, Leonor Pires - **Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)**. Lisboa: Edições 70, 2014.

MARTINS, Rocha - **Pequena história da imprensa portuguesa**. Lisboa: Inquérito, 1941.

NORONHA, Eduardo - **Vinte cinco anos nos bastidores da política**. Porto: Comp. Portuguesa Editora, 1913.

NOVAIS, Noémia Malva - **Imprensa e I Guerra Mundial: censura e propaganda 1914-1918**. Lisboa: Caleidoscópio, 2016.

PEDRAS, Miguel Ribeiro - A Imprensa e o Império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África. In **Revista Brasileira de História da Mídia**, nº1, (2016), p. 33-43.

QUEIRÓS, Eça - **Programa**. In **Revista de Portugal**. Porto: Chardron, 1889.

QUEIRÓS, Eça - **A Ilustre Casa de Ramires**. S/l.: Atelier Editorial, 1982.

QUEIRÓS, Eça - **Os Maias**. Lisboa: Livros do Brasil, 2005.

RAMOS, Rui - A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, José **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. Vol. VI.

RAMOS, Rui - **D. Carlos**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena - História do Jornalismo Português. In QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.) **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta Editora, (1996), p. 351-364.

SANTANA, Maria Helena, LOURENÇO, António Apolinário - No leito. Comportamentos sexuais e erotismo. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 254-289.

SARDICA, José Miguel - Poderes políticos e liberdade de expressão no séc. XIX. As censuras à imprensa durante a Monarquia. In **Revista História**, nº23, (2000), p. 28-37.

SARDICA, José Miguel - O jornalismo e a Intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional. In **Comunicação & Cultura**, n.º 7, (2009), p. 17-38.

SARDICA, José Miguel - O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In **Análise Social**, vol. XLVII, (2012), p.344-368.

SCHUDSON Michael - **Discovering the News: A Social History of American Newspapers**. New York: Basic Books, 1981.

SERRÃO, Joel - **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Figueirinhas, 1981.

SILVA, Susana Serpa - Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 382-427.

SOUSA, Jorge Pedro [et al.] - **Uma História da Imprensa Lusófona: Brasil-Galiza Imprensa Colonial Portuguesa**. Porto: Media XXI, 2016. Vol. I.

SOUSA, Jorge Pedro [et al.] - **Uma História da Imprensa Lusófona: Portugal**. Porto: Media XXI, 2017. Vol. II.

SOUSA, José Manuel Motta de, VELOSO, Lúcia Maria Mariano - **História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1987.

TENGARRINHA, José Manuel - **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Portugália, 1989.

TENGARRINHA, José Manuel - Um importante instrumento de trabalho. In RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, M. (coord.) **Jornais e Revistas Portugueses do séc. XIX**. Lisboa: BNP, (2001), p. 9-13.

TENGARRINHA, José Manuel - **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: Edições Minerva, 2006.

TENGARRINHA, José Manuel - **Nova História da Imprensa Portuguesa: Das origens a 1865**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

TRAQUINA, Nelson – **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2007.

TRINDADE, Luís - **Primeiras Páginas: O Século XX nos Jornais Portugueses**. Lisboa: Tinta-da-china, 2007.

VAQUINHAS, Irene - Introdução. In VAQUINHAS, Irene (coord.) **História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea**. Lisboa: Círculo de Leitores, (2011), p. 6-20.